

O ESTADO COMO ARTICULADOR DA HARMONIA DE INTERESSES – UMA POLÍTICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA MUDAR O HORIZONTE NACIONAL NO TRABALHO E NO CONSUMO

O debate público brasileiro tem o vício de discutir a teoria do Estado em dois planos: Estado assistencialista ou Estado mínimo.

O Estado assistencialista supostamente é defendido pela esquerda, enquanto a direita defenderia um Estado enxuto e com poucas atribuições, reduzindo suas intervenções na economia e na sociedade. Nessa perspectiva binária, simplista, o Estado nacional está privado de seu papel político e articulador, reduzido a um aparato burocrático que apenas pesa financeiramente sobre o cidadão pagador de impostos.

Este nunca foi o papel da pólis, da civitas ou do Estado nacional – uma entidade neutra, burocrática e reduzida ao poder de criar normas e sancionar quem as desobedece. Tal teoria do Estado é obviamente fruto da sujeição das instituições políticas à ortodoxia econômica do Consenso de Washington. Mas o Estado nacional, como entidade política, não deve apenas impor seu poder por meio da burocracia, mas também articular, unir e harmonizar interesses econômicos; construir e manter a soberania; promover emprego para trabalhadores e ampliar oportunidades para empresários.

Essa harmonia de interesses não nasce de um apelo moral abstrato, mas de uma arquitetura econômica concreta baseada na associação produtiva: quando trabalho, capital, tecnologia e consumo se aproximam em cadeias diversificadas, ancoradas por instituições estáveis e conectadas por infraestrutura eficiente, os incentivos que costumam parecer opostos começam a se alinhar.

O Estado aparece, nesse quadro, não como substituto da empresa nem tutor permanente da sociedade, mas como articulador dessa associação: um coordenador que reduz incertezas, corrige falhas de coordenação e provê bens coletivos sem os quais o investimento privado não amadurece. O trabalho é cumulativo. Primeiro, é preciso equalizar condições de concorrência quando a indústria nascente não consegue enfrentar, de saída, competidores já estabelecidos do mercado internacional, o que pode exigir, em nome da harmonia de interesses, o auxílio do Estado enquanto poder político, que busca manter os empregos e a economia real em um fluxo dinâmico. Assim, o Estado não atua como burocracia a serviço dos interesses do establishment, mas como organizador de crédito de longo prazo, com estabilidade, pois setores de maturação lenta — bens de capital, química, eletrônica, fármacos — requerem paciência financeira que o mercado, isoladamente, raramente oferece.

É preciso compreender que a economia real não é tão simples e dinâmica como é a economia financeirizada, que faz fluir o capital de empresas capengas para empresas com possibilidade de crescimento por meio do mercado de ações. A economia real e produtiva move infraestrutura, mão de obra qualificada, tecnologia e uma cadeia de processos que não é simples de estabelecer.

A diferença entre política industrial e favor setorial está no contrato: apoio em troca de desempenho e difusão tecnológica, não em função de lobbies. O Estado pode atuar para fomentar o setor produtivo, também pensando na mudança do horizonte de consumo e no desenvolvimento da cidadania.

Uma política de industrialização que articule interesses sociais e econômicos pode criar uma nova classe média com meios de reivindicação e exercício do poder político. Harmonizar interesses, estabilizar o ambiente de negócios com segurança jurídica e aliviar o peso regulatório pode muito bem desenvolver o Brasil dos sonhos. Um país com mais dignidade para o trabalhador, mais oportunidade para o empreendedor e prosperidade para toda a nação.

- **O falso dilema entre assistencialismo e Estado mínimo** empobrece o entendimento do papel estatal, reduzindo a política pública a rótulos simplificadores.
- **Como articulador, o Estado** coordena interesses, reduz incertezas e sustenta a soberania ao prover bens coletivos e estabilidade institucional.
- **Política industrial com contrapartidas** — crédito de longo prazo e difusão tecnológica — pode criar nova classe média, elevar a produtividade e ampliar a cidadania econômica.

